



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº02/2017

--ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE.

Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a treze de Abril de dois mil e dezassete, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----*Ponto um* - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

---*Ponto dois* - Apreciação da informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do nº. 2 do art.º. 25º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----*Ponto três* – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – para conhecimento; -----

-----*Ponto quatro* – Apreciação e votação de Normas de Publicidade; -----

-----*Ponto cinco* – Apreciação e votação do relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2016 e do Investimento de bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos do nº2 do artº 27 da Lei nº75/2013, de 13 de Setembro; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----*Ponto Seis* – Apreciação do Regimento do Conselho da Comunidade do ACES do Médio Tejo; -----

-----*Ponto sete* – Apreciação e ratificação dos Estatutos da ANAM (Associação Nacional Assembleias Municipais) Ratificação da decisão do Presidente da Assembleia; -----

-----*Ponto oito* – Proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Major General, do Exército Português, Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Manuel da Costa; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

José António Proença Salvado; -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

João Filipe Ricardo; -----

Paula Alexandra Vieira Duarte; -----

Manuel de Oliveira. -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Ricardo Manuel Ramalhete Honório e Luís Manuel dos Santos Valente. Não compareceram à sessão da Assembleia os Senhores Vereadores Rosa Maria Fernandes Garrett por se encontrar em representação da Câmara Municipal e Rui Constantino Martins, por motivos profissionais. -----

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel Costa, por ser o sucedâneo na lista do PS, substituindo o Senhor Deputado Municipal Vitorino Gomes Monteiro, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente foi instalado o Senhor Deputado Municipal José António Proença Salvado, por ser o sucedâneo na lista do PPD/PSD, substituindo o Senhor Deputado Municipal Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira, que solicitou a sua substituição por motivos pessoais, a esta sessão da Assembleia Municipal. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número um, da reunião realizada a vinte e quatro de Fevereiro de dois mil e dezassete, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por maioria, com 3 abstenções dos Senhores Deputados Municipais José Salvado do PPD/PSD, Manuel da Costa do PS e Paula Duarte da CDU, por não estarem presentes na sessão e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Nuno Gomes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PPD/PSD, João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, José Pereira de Sousa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

-----///-----

-----**EXPEDIENTE** ----- (Vide anexo 1) -----

----- **MOÇÕES, INTERVENÇÕES** -----

= O Senhor Deputado **César Cardigos** apresentou uma Moção evocativa do “43º aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio.” **(Vide anexo 2)** -----

A Senhora Deputada **Paula Duarte** apresentou uma Intervenção sobre o tema “25 de Abril e 1 de Maio.” **(Vide anexo 3)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

- **Cães à solta no Parque Ribeirinho** – “Nos últimos dias houve um grande fluxo de pessoas ao parque ribeirinho e tenho conhecimento que tem havido alguns problemas com cães. Eu penso que há um regulamento aprovado por esta assembleia e questiono se o mesmo está a ser cumprido, e se está a ser fiscalizada a permanência dos cães no parque, assim como a sua limpeza. Acontece que se não houver fiscalização já sabemos como funciona o povo português. -----

- **Segurança e Assaltos** – Um outro assunto que nos tem afetado, não só o nosso concelho mas os concelhos limítrofes, é a questão da segurança e dos assaltos. Tem havido diversos assaltos, dos quais a uma seção da Câmara, piscinas municipais, e alguns deles com um grau de sofisticação. Gostava de saber se o executivo municipal já teve alguma reunião com a GNR no sentido de ser reforçado o patrulhamento e as investigações serem feitas mais céleres possíveis. -----

- **Abastecimento de água e amianto** – o último ponto da minha intervenção tem a ver com uma notícia que saiu na comunicação social e que está relacionada com o abastecimento de água e com as tubagens

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que contêm amianto. Eu não sei se no nosso concelho têm esse tipo de tubagens e se está feito algum levantamento ou se está a ser verificada esta questão.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

- Ex-Base Aérea nº3 – “A minha questão tem a ver com a Base Aérea e com o assunto que foi falado e com os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente na última sessão da Assembleia. Eu queria saber se há alguma novidade sobre isso, porque estava previsto a visita de um grupo de trabalho, será que já foi efetuada?” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara afim de esclarecer os senhores deputados. -----

- Cães à solta no Parque Ribeirinho – “Em relação aos cães e que o executivo tenha conhecimento é a primeira vez que é colocada ao Presidente da Câmara. A fiscalização é feita com o fiscal que temos com o reforço da Guarda Nacional Republicana (GNR). – **- Segurança e assaltos** – Ainda hoje tive em reunião com o Senhor Comandante da GNR, Ajudante Petinga. Tem sido uma preocupação do Presidente acompanhar esta situação. Fiquei de diligenciar junto do comando distrital o reforço de meios humanos no posto da Barquinha. Neste momento temos dezanove elementos. Este assunto é da competência da Administração Central. Também temos de ver a situação social. Ontem ocorreram dois incêndios e um deles certamente de origem criminosa. Quanto aos dados estes são o que são, os crimes no Médio Tejo, mais precisamente em Vila Nova da Barquinha diminuíram, dados estes que são públicos e saíram na semana passada. Em Vila Nova da Barquinha, crimes contra as pessoas – dezoito; crimes contra o património – sessenta e oito; crimes contra a vida em sociedade – dezasseis). Quanto à questão do número de efetivos é um problema que farei sentir junto da entidade competente, neste caso concreto, junto do comando distrital da GNR de Santarém. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Abastecimento de água e amianto** – Esta é uma questão que foi debatida na última Assembleia Municipal de Tomar. O amianto só é contagioso para efeitos pulmonares, ou seja, não é pela questão da canalização da água. Esta questão já é recorrente nesta assembleia, por isso, remeto-me para os relatórios que existem das autoridades de saúde, que terei muito gosto em facultar ao Senhor Deputado. -----

- **Ex-Base Aérea nº3** – Não há nenhuma diligência, houve uma visita à Força Aérea e estão a ser realizadas reuniões e a efetuarem-se estudos.”

---ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Contudo não se registaram intervenções.

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do nº2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 4) --

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte, do qual só houve uma inscrição: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.-----

- **Reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta** - “Diz na informação escrita que no dia quatro realizou-se uma reunião da referida comissão. Eu gostava de saber quais foram as medidas, quais foram as conclusões desta reunião. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado. -----

= Reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta – “Esta reunião é anual, onde estão representantes da Administração Interna, do Corpo de Bombeiros, da Engenharia, do Instituto da Conservação da Natureza, e entidades privadas, nomeadamente, a AGRI Florestal. Esta reunião tem a ver com o plano anual da defesa da floresta. É um plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estratégico, onde são identificados os respetivos meios de combate aos fogos e identificação de pontos de incêndios. Também nesta reunião foi debatida a questão da possibilidade de criarmos ou não uma base operacional na Praia do Ribatejo, ou seja, um posto avançado do qual já se tinha falado aqui na assembleia. Outro assunto, foi a questão da intervenção na sequência da aprovação do projeto de fundos comunitários de reflorestação do incêndio de dois mil e quinze, na zona das Limeiras e Praia do Ribatejo. Mas, terei todo o gosto, de enviar cópia à Assembleia, para terem conhecimento na íntegra, daquilo que foi debatido sobre esta temática. Essencialmente é uma questão de prevenção onde estão os respetivos meios e as capacidades de resposta, nomeadamente os pontos de água, os riachos, os cortes que foram feitos em termos de aceiros e também os postos de vigia.” -----

Ponto três – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – para conhecimento. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor assunto em epígrafe. -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – “Este plano é aquilo que nós temos, com base nos princípios da transparência, obrigados a dar conhecimento às entidades a que refere a respetiva informação, Inspeção Geral de Finanças e entidades que controlam estes riscos. Isto é um plano que tem de vir à assembleia anualmente, é da competência da Câmara Municipal, e vem à assembleia para vos dar o devido conhecimento.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram os seguintes Senhores Deputados João Filipe Ricardo. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “No ano passado o Senhor Presidente enviou um relatório com uma nota introdutória, mas não é isso que acho relevante. Eu, acho que este plano pode ser relevante até porque as medidas que vêm aqui conferidas nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mapas foram implementadas e se houver algum cuidado por parte de todas a estrutura e se todos os trabalhadores forem fiscalizados, há situações que podem ser úteis, como o caso da fiscalização de estradas, admissão de pessoal, atribuição de subsídios, onde se podem incluir as próprias associações. Eu acho que o documento deste anos com estes mapas até nos ajuda um pouco melhor porque põe as coisas todas no mesmo plano e as principais atividade de risco estão aqui identificadas, com a frequência do risco e as medidas propostas. Agora uma dúvida que tenho não duvidando da idoneidade da atual câmara, quem é que fiscaliza a Câmara que não me parece muito claro no documento.” -----

O Senhor Deputado obteve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

“São as entidades que vêm na proposta de deliberação, ou seja, a Inspeção Geral de Finanças, O Tribunal de Contas e o Conselho de Prevenção de Corrupção. Estas são as entidades que no caso de alguma violação, de algum comportamento de ética ou de norma que fiscalizam o executivo. Em último caso sempre os tribunais.” -----

A assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto quatro – Apreciação e votação de Normas de Publicidade. --

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar esta matéria. -----

“Esta é uma questão que importa muitas vezes na promoção do turismo e às vezes da própria identificação de toponímia e do acesso a alguns locais do nosso concelho. Embora com alguma contenção estamos em condições de colocar novas placas de toponímia e de informação no sentido de valorizarmos o nosso concelho. De fato, o que importa de uma vez por todas é fixar as normas sob pena de começarem a aparecer algumas placas de publicidade particulares. Estas normas são da competência da Assembleia Municipal nos termos do nº1, do artigo 25º,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Lei nº75/2013, compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal aprovar as normas de ordenamento do território e do urbanismo. São normas genéricas mas que no fundo formatam aquilo que é essencial ao abrigo da toponímia e da identificação, no sentido de facilitar o melhor acesso à vinda a quem nos visita.” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

“Eu quero informar que o documento que os Senhores Deputados têm em vosso poder tem uma componente de fixação de algumas placas, mas só em termos elucidativos, porque não é isso que a Assembleia está a aprovar, a assembleia está a aprovar as normas de fixação, porque o problema da execução compete à Câmara Municipal.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se a Senhora Deputada Paula Duarte: -----

“O Senhor Presidente da Assembleia já me esclareceu porque a minha dúvida tem a ver não com as normas em si mas sim com a colocação no próprio sítio. Há aqui alguns sítios onde nos suscitam algumas dúvidas acerca da visibilidade das placas no local. Se isto é uma situação que ainda não é definitiva, melhor.” -----

A Senhora Deputada teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----

“O que estamos a falar são normas reguladoras. Este foi o primeiro trabalho feito pelo Gabinete de Comunicação que depois será articulado com as Juntas de Freguesia, onde a execução é da competência da própria Câmara com acompanhamento do Gabinete de Informação e das Juntas de Freguesia, no sentido de elucidar e facilitar o acesso às pessoas aos locais de visita.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Apreciação e votação de Normas de Publicidade, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados José

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salvado, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Manuel da Costa, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi, do PS, aprovar as Normas de Publicidade. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto cinco – Apreciação e votação do relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2016 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos do nº. 2 do artº. 27 da Lei nº. 75/2013, de 13 de Setembro.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara apresentou o ponto número cinco. -----

“Em relação a este ponto relevo os seguintes itens: -----

- A Taxa de execução da receita total durante o exercício económico de dois mil e dezasseis, foi de 92,82%, perto de 93% o que demonstra a realidade dos números apresentados em Orçamento; -----
- Verificando-se uma taxa de execução da despesa paga de 80,52%; -----
- O Município de Vila Nova da Barquinha, está entre as Câmaras com contas equilibradas ao longo dos últimos três anos com despesas com pessoal e com a aquisição de serviços inferiores a 35% da receita média arrecadada; -----
- A Câmara Municipal tem cumprido o princípio do equilíbrio orçamental total e corrente, pois, em todos os anos em apreço, os valores das receitas totais (somado o saldo de gerência anterior) e correntes foram superiores, respetivamente, ao das correspondentes despesas; -----
- O passivo registou no final de dois mil e dezasseis uma diminuição de 4,55% relativamente ao ano transato; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Diminuição da dívida de médio e longo prazo, na ordem de 11,2% com uma diminuição no ano de dois mil e dezasseis de 438.390,76 euros pelo que existe decréscimo muito acentuado no período de dois mil e dezasseis; -----

- O Município de Vila Nova da Barquinha, durante o exercício económico de dois mil e dezasseis, não contratou nenhum empréstimo bancário, financiando-se como já foi dito anteriormente, pelas suas receitas próprias e, face aos fundos disponíveis, está em condições de amortizar a dívida.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os Senhores Deputados Nuno Gomes, César Cardigos, Paula Duarte, Inocêncio Cruz e João Filipe: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Em relação a este documento, já houve várias revisões ao longo do ano, ele tinha que estar mais coerente, correta a sua execução. De realçar também como disse o Senhor Presidente, a percentagem de execução que realmente é elevada, é uma percentagem muito boa de 92%, assim como a redução do passivo, exatamente como a nossa bancada sempre defendeu. Há aqui uma questão que como não sou desta área não percebi, mas, há aqui uma questão, são as despesas estruturais que aumenta cerca de 50%, não sei a que se refere este tipo de despesas, gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse. Em relação a este orçamento, como nos referimos a ele é um orçamento realista ao contrário do orçamento de dois mil e quinze que estava altamente empolado, aliás como está também o de dois mil e dezassete. O Orçamento de dois mil e dezasseis era realista portanto, era de esperar que a sua execução fosse relativamente boa. Neste documento o investimento foi baixo, houve um investimento de cerca de 50% mais baixo face a dois mil e quinze, obviamente a justificação será os fundos comunitários, que se compreendem, mas de houvesse investimento não sei onde é que íamos arranjar dinheiro para cobrir esse investimento, se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estamos com saldo negativo. É só essa a questão que levanto, tantas promessas, tantos investimentos que felizmente acabaram por não haver desse ponto de vista, mal para as populações, bom para o equilíbrio das contas do Município.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos – “O Partido Socialista regozija-se pelos resultados apresentados referente ao ano de dois mil e dezasseis. Só um reparo onde diz termo ou balanço do Município de Vila Nova da Barquinha diz «aos vinte e um dias de Novembro de dois mil e seis, deve-se ler dois mil e dezasseis», na página seguinte «totalizando um valor de um milhão e quarenta e sete mil e não mil e quarenta», como está mencionado. Estes são os únicos erros e há que dar os parabéns à Câmara Municipal pelo excelente trabalho desenvolvido durante o ano de dois mil e dezasseis.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Vou só fazer uma pequena observação, porque estava à espera de ter cá o Senhor Eduardo de Oliveira para falarmos um pouco mas está cá o Deputado Nuno Gomes vamos falar com ele. O Deputado Nuno hoje parecia o porta-voz da bancada do PSD ontem na “quadratura do círculo” que dizia: «O orçamento, a execução foi boa mas podia ser melhor, não houve investimento porque se houvesse investimento tínhamos um défice maior, um endividamento maior». Aí é está a técnica de gestão, não se pode fazer investimento quando não há dinheiro, por isso, é que temos de fazer uma gestão assim. Esta Câmara tem tido um posicionamento correto, eu também gostava muito que houvesse investimento e que fosse uma gestão boa sem endividamento, os bens são escassos, têm de ser geridos com muita parcimónia. Eu congratulo-me com este orçamento, com os resultados, podia ser melhor gestão, o investimento foi baixo e não houve endividamento. Acho que o endividamento é importante. Lembrar também quando foi o último mandato do anterior Presidente da Câmara, Miguel Pombeiro, ele disse que os investimentos estavam a ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitos e que dali adiante as coisas tinham-se que equilibrar porque os investimentos eram muito grandes e que na altura tínhamos mesmo que fazer orçamentos com rigor e equilíbrio, que estávamos a aproveitar aquilo que vinha lá de fora. Temos janelas de oportunidades que são os tais orçamentos que o Senhor Deputado Nuno diz e que estão empoladas e que não são realistas. O que importa é fazer-se este tipo de gestão, mas sobretudo não cair em tentação de ir ao endividamento que acho que foi aí que a Câmara parou um pouco e o Senhor Presidente diz que já pode amortizar. As Câmaras Municipais não são empresas para dar lucro, são entidades para satisfazerem as necessidades de uma população. Se tivermos que recorrer ao endividamento vamos recorrer sempre com parcimónia. Eu não me importo de contrair dívida desde que tenha condições para pagar. O contrário é que não está correto.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Na altura da aprovação do orçamento para dois mil e quinze a bancada da CDU deu o benefício da dúvida, até porque havia um novo círculo governativo a nível do país. Conforme também já aqui foi dito verifica-se que para o investimento poderá não haver dinheiro e nós sabemos como é a Lei das Finanças Locais e as Leis que gerem a vida dos nossos concelhos. O Governo terá que mexer em algumas que atentam para a dignidade do poder local e da obra feita pelo poder local. O verdadeiro programa ou as verdadeiras orientações são o programa que resulta dos projetos ou dos fundos comunitários que vão aparecendo. A pessoa que olha para os planos que nos são apresentados, são cópias dos outros anos, às folhas mudam-se os números mas cada vez mais estes documentos são uma mera formalidade. Nós esperamos que as coisas vão mudando porque este ciclo governativo vai passando e têm de tomar medidas para que não possamos andar nesta situação. Lembro que no ano passado votamos contra por causa das questões da dívida, conforme a Deputada Paula Duarte referiu, como a questão da Resitejo. Sobre isso mantemos ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as nossas reservas, pensamos que não temos conhecimento que tenha havido uma evolução e o nosso receio também como dissemos na altura, continua a ser para o futuro.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar esta matéria. -----

“Noutras despesas estruturais é o reforço da transferência para as Associações, para o Agrupamento de Escolas e também uma alteração significativa das chamadas, fortes despesas de pessoal, que devido às normas técnicas obrigaram-nos a passar para outras despesas estruturais, ou seja, os POC’S que antigamente eram relevados em fontes despesas de pessoal deixaram de ser desta rubrica e passaram para outras despesas estruturais por imperativo do respetivo plano oficial de contas. -----

Quanto à questão do endividamento, Senhor Deputado, não me diga que não sabe o que é que o Presidente da Câmara Municipal prometeu aos nossos munícipes, só há investimento se houver fundos comunitários aprovados e o Senhor Deputado sabe que neste momento temos um milhão e trezentos mil euros com financiamento aprovado a 85%. Temos quinhentos mil euros para a escola com financiamento a 85%, temos oitocentos mil euros para as florestas com financiamento de 100%, temos oitocentos mil euros para o PARU com financiamento de 85%. Quando eu disse que a Câmara está capaz de amortizar é verídico, assim como, poder fazer investimento. E ainda sobre dinheiro, os fundos comunitários têm de reembolsar a própria Câmara. Esta é uma atitude de ponderação nos momentos que correm, que os resultados são estes e não houve investimento por causa dos fundos comunitários. O que o Senhor Deputado devia ter perguntado era se o Presidente da Câmara fez o trabalho de casa? Respondo: fez e muito bem, vai a todas as janelas de oportunidades. -----

Agradeço as palavras amáveis dos Senhores Deputados Inocêncio Cruz e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

César Cardigos, que são sempre bem-vindas. É consolo para quem está no executivo ter do poder deliberativo algum conforto. ----- Quanto à questão da Resitejo, Senhor Deputado João Filipe, O Revisor Oficial de Contas não faz referência desta vez porque de fato já foi imputável, ou seja o endividamento de quatrocentos e três mil euros da Resitejo, já está contabilizado nestas contas. O presidente da Câmara teve a preocupação das vossas doudas sugestões do ano passado, embora, como disse aqui, tenho sérias dúvidas quanto à questão da legalidade disso. Evidente que há Câmaras que estão com grandes dificuldades. Estamos a falar de uma quota da Câmara Municipal de Vila nova da Barquinha com uma capacidade de endividamento de quatrocentos e três mil euros. O saldo da tesourais dá perfeitamente para fazer os investimentos que quiserem e Deus nos dê saúde para gerir este dinheiro que não é muito mas é aquilo que temos.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados a Senhora Deputada Paula Duarte referiu o seguinte: -----

“Ao contrário do ano anterior este ano foram feitas já com uma imputação desses custos e foi aquilo que o Senhor Presidente disse a Lei assim o obrigava, tudo bem! Eu percebi o seu princípio Senhor Presidente, há uma obrigação de o fazer e nós falamos aqui também sobre isso, percebemos que o que está errado é o princípio da obrigação de o ter que fazer, agora, tendo que ser feito nós combatemos no ano passado esse ponto que teria de estar e este ano então consta.” -----

O Senhor Presidente no uso da palavra referiu o seguinte: -----

“Eu não disse que não é legal, havia duas interpretações da norma do artigo 37, nº3 sobre esta questão. A dúvida continua mas a teoria das cautelas vamos por aqui, embora, é evidente que a nossa capacidade de endividamento venha mais reduzida, este ano diminui setecentos mil euros.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apreciação e votação do relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2016 e do Investimentos de bens, direitos e obrigações patrimoniais, esta foi aprovada por maioria com 5 abstenções dos Senhores Deputados José Salvado, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e 14 votos a favor dos Senhores Deputados, Manuel de Oliveira do CDS, e João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Manuel da Costa, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi, do PS, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas referente ao exercício de 2016. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto seis – Apreciação do Regimento do Conselho da Comunidade do ACES do Médio Tejo. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o ponto número seis. -----

“Nós estamos representados na ACES e este ponto está aqui para saber se os Senhores Deputados têm alguma observação a fazer, este será o regimento a ser discutido e para ter as legitimidade de aprovar ou rejeitar, se assim a assembleia o entender.” -----

----- A Assembleia Municipal não se opôs e nem se manifestou. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto sete – Apreciação e ratificação dos Estatutos da ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais) Ratificação da decisão do Presidente da Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o ponto número sete. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“O Objetivo desta associação como sabem e podem verificar está mencionado no objeto da associação. Este projeto resulta do artigo 285º da Constituição do qual a organização democrática do estado português compreende a existência dos Municípios. Tais Municípios de acordo com o artigo 253º da Constituição podem constituir associações para os interesses comuns. Por conseguinte, decorrente do estatuto pelo artigo 1º da Lei 54/98 de 18 de Agosto, é possível aos municípios associarem-se para efeito da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania da Administração Central. Os Senhores Deputado podem dizer que a ANMP representa os Municípios mas acontece que no congresso deste ano foi levantado este problema, da representação na Associação dos municípios, pois praticamente 99,9% são presidentes de Câmara. Os Municípios têm representação através do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia. Isto não é novo, não é por acaso que nasceu a ANAM das Freguesias porque, a própria Associação Nacional dos Municípios portugueses representava também as freguesias. Neste caso concreto verifica-se que a associação através dos seus representantes tem uma força junto das entidades que constituem. Entendeu-se, então, que também tínhamos o direito de ter voz ativa nos sítios onde se legisla, considerando também os nossos interesses. É por essa razão que se constitui esta associação. Devo dizer que isto não é novo, isto é muito antigo, eu próprio já tinha pensado nisto há muito tempo. Na altura cheguei a falar com a Câmara da Golegã, mas na altura não avançou, por sua vez agora avançou e estiveram quarenta e tal câmaras presentes, foram todas convidadas de norte a sul, Madeira e Açores. Foi também aprovada uma comissão instaladora que é constituída pelo Presidente de Viana do Castelo, o Vice-presidente, o Presidente de Moncorvo, e o secretário de Murça. Da direção, o Presidente é de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Gaia, Trofa e Alcobaça. O Objetivo desta comissão instaladora foi a proximidade para poderem funcionar porque esta parte do arranque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é a parte mais difícil. Eu entendi que devia ter algumas alterações, nomeadamente tornando a exposição transitória que entrará em vigor uma vez decorridas as eleições autárquicas que terão lugar no decorrente ano de dois mil e dezassete, pois não fazia sentido começar já a fazer e a nomear pessoas. Eu votei a favor desta situação e é isso que é sujeito à ratificação, se querem ou não fazer parte da Associação.” -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “No nosso ponto de vista não nos parece a nós relevante a criação de mais este organismo, uma vez que a ANMP e a própria ANAFRE representa bem o tecido autárquico até a nível nacional. Independentemente disso, li os estatutos com alguma atenção e parece-me que o que se vai criar é um organismo para se dar doudas opiniões, porque penso que em termos práticos isto pouco adiantará, aliás neste momento temos uma série de legislação autárquica da qual alguma devia ser alterada para que o poder local, que é uma coisa que está à vista de toda a gente, possa contribuir para o desenvolvimento deste país. Nós damos uma volta pelo nosso país e quem conheceu algumas cidades e alguns sítios e olha para eles agora, vê que há uma grande evolução. Na minha opinião pessoal não me parece que isto venha adiantar muito e com o devido respeito, pelo meu amigo que acredita nisto, só vai alimentar o ego de duas ou três pessoas, que depois vão ter um sítio onde podem às vezes opinar ou lançar a confusão sobre algumas situações. No meu ponto de vista confesso que não vejo grande interesse na sua criação pois, se ainda se recordam da Moção apresentada na Assembleia Municipal, por volta do ano dois mil, sobre o funcionamento das Assembleias e da dignidade destas, mas nessa altura o princípio não ia nesse sentido.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente *Apreciação e ratificação dos Estatutos da ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais), Ratificação da decisão do*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal, esta foi aprovada por maioria com 1 abstenção do Senhor Deputado Paulo Constantino e 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU 16 votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado, Anabela Queiroz, Nuno Gomes do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Manuel da Costa, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi, do PS, ratificar a decisão do Presidente da Assembleia à adesão à ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais). -----

Ponto oito – Proposta de atribuição da Medalha de Honra do Município ao Major General, do Exército Português, Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o referido ponto. -----

“O Regulamento Municipal de Atribuição de Títulos Honoríficos e sua designação, foi publicado em Diário da República, 2ª Série, nº264, apêndice mº170, em 14 de Novembro de 2013, vindo a ser alterado por aviso nº2977/2009, inserto no Diário da República, 2ª Série, nº23, de 3 de Fevereiro de 2009. Sobre as condecorações, estipulam as seguintes normas no artigo 3º: -----

«Medalha de Honra do Município, número 1, A medalha de honra do Município destina-se a homenagear entidades coletivas ou singulares, pelos serviços excepcionais prestados à comunidade, no número dois, A concessão deste título honorífico é atribuída pela Assembleia Municipal, aprovada por um mínimo de dois terços dos seus membros em efetividade de funções, por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal.»

Desde dezassete de Outubro de dois mil e catorze, que o Major-General Carlos Perestrelo comanda a Brigada de Reação Rápida do Exército

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Português, com comando no Polígono Militar de Tancos. Fazem parte do seu comando as seguintes unidades, O Centro de Tropas de Operações Especiais, em Lamego, O Regimento de Artilharia nº4, em Leiria, O Regimento de Cavalaria, nº3, em Estremoz, O Regimento de Comandos, na Serra da Carreira, Sintra, O Regimento de Infantaria nº1, em Beja, O Regimento de Infantaria nº10, em S. Jacinto, Aveiro, O Regimento de Infantaria nº15, em Tomar, O Regimento de Paraquedistas, no Polígono Militar de Tancos e a Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida, no Polígono Militar de Tancos. Tem materializado como o município, e associações do concelho, bem como com outros municípios, uma cooperação institucional que é de excelência que muito nos honra, orgulha e acrescenta valor ao nosso concelho. Em breve deixará de comandar a Brigada de Reação Rápida para assumir nova missão. Assim, pelos serviços excecionais prestados à comunidade é merecedor de pública distinção e condecoração honorífica do município de Vila Nova da Barquinha. Pelo que proponho a atribuição da condecoração honorífica a seguir discriminada com os fundamentos anexo à presente proposta q eu dela fazem parte integrante. Assim, proponho a atribuição da Medalha de Honra do município ao Senhor Major General, do Exército Português, Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo.”-----

Dada a palavra aos Senhores Deputados para intervirem, o Senhor Deputado João Filipe Ricardo referiu o seguinte: -----

“Estas atribuições quem lida na prática com as situações, quem lida diretamente com as pessoas é que sabe se deve ou não distinguida. Não me oponho e se fez um bom trabalho concelho, deve ser distinguido.” ---

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à atribuição da Medalha de Honra do Município ao Major General, do Exército Português, Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo, foi aprovado por unanimidade, por votação secreta, com 19 votos a favor dos Senhores Deputados José Salvado, Anabela Queiroz, Nuno

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e João Gralha, José Chambel, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Manuel da Costa, João Mexia Machado, Manuel Honório, Benjamim Abalada Reis, José Miguel Homem e Rui Monteiro Picciochi, do PS, atribuir a Medalha de Honra do Município ao Major General Carlos Alberto Grincho Cardoso Perestrelo. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e vinte minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocêncio Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente.
Anexo 2	Moção evocativa apresentada pelo Senhor Deputado César Cardigos cujo tema é “43º aniversário das Revolução de Abril e do 1º de Maio;
Anexo 3	Intervenção apresentada pela Senhora Deputada Paula Duarte cujo tema é “25 de Abril e 1 de Maio”.
Anexo 4	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara